



Políticas culturais no Brasil: Estado e Cultura na promoção e proteção da diversidade cultural¹

Mariana Quirino Fechine²

José Luciano Albino Barbosa³

Universidade Estadual da Paraíba, Campina Grande, PB

Resumo:

O processo de formulação de políticas públicas, sejam estas culturais ou destinadas à outras áreas, envolve uma série de fatores sócio-político-econômicos que vão desde arranjos políticos no momento de sua elaboração, até à preocupação com a homogeneização da sociedade na aplicação destas. Este artigo tem como objetivo apresentar e descrever, através da realização de uma pesquisa bibliográfica, os principais conceitos e teorias que permeiam as relações entre Estado e Cultura na promoção e proteção da diversidade cultural através das políticas culturais no Brasil. Neste sentido, destacam-se os estudos desenvolvidos por Miceli (1999), Hassenteufel (2008), Thompson (2002), Santaella (2003), Cunha (2007) e Botelho (2001).

Palavras-chave: Estado; Políticas; Cultura; Diversidade.

Introdução

Ao analisar as funções e/ou o papel do Estado quanto ao fomento à cultura e a preservação da diversidade, diversos aspectos e abordagens podem ser observados, isto porque esta pode ser considerada uma relação contraditória e ao mesmo de substancial importância para manutenção e perpetuação de valores, saberes e produtos artístico-culturais na sociedade. Contraditória pois estes são conceitos que diferem no que diz respeito ao controle, a unificação – Estado, *versus* a diversidade, a multiplicidade e a heterogeneidade – Cultura; mas que precisam estabelecer uma ligação para alcançar resultados e fornecer à sociedade civil o acesso a este que é um dos direitos básicos de todo cidadão, tal como: saúde, educação, alimentação, segurança ou moradia.

¹ Trabalho apresentado no DT 8 – Estudos Interdisciplinares do XVII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste realizado de 02 a 04 de julho de 2015.

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), especialista em Marketing e Comunicação com o Mercado pela Faculdade Anglo Americana e graduada em Arte e Mídia pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), desenvolve pesquisas na área de cultura, com ênfase nas articulações dinâmicas da cadeia produtiva audiovisual Paraibana – marianafechine@gmail.com.

³ Orientador do trabalho: Professor, pesquisador e coordenador do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), com Doutorado em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB) – lucianoalbino@yahoo.com.br.



Uma das principais ferramentas de ligação e ação entre o Estado e a sociedade, independentemente do setor analisado, são as políticas públicas, que tem como um dos seus principais objetivos, garantir o acesso aos direitos básicos supracitados. Não distante disso, estão as políticas culturais que buscam ainda, promover a diversidade, preservar as práticas culturais; reconhecendo e valorizando as potencialidades e iniciativas artístico-culturais.

Entretanto, para uma melhor compreensão do processo de formulação, implementação e aplicação dessas políticas voltadas para o setor cultural, devem ser observados não apenas os aspectos relativos ao setor, mas também as implicações que dizem respeito ao contexto sócio-político-econômico do país em que estas são ou serão desenvolvidas.

No Brasil, essa relação vem sendo fortalecida nos últimos anos, já que só a partir da década de 80 – com a articulação e surgimento do Ministério da Cultura – começou-se a pensar na institucionalização da cultura e em programas, projetos e leis que incentivassem a produção cultural e promovessem a diversidade.

Assim, este artigo tem como objetivo principal apresentar e descrever os conceitos que permeiam o processo de formulação e aplicação das políticas culturais no Brasil, sob uma perspectiva histórico-conceitual. Destacando ainda, as múltiplas compreensões de cultura e as teorias clássicas e contemporâneas sobre o papel do Estado. Para tanto, utilizar-se-á da pesquisa bibliográfica, em que serão destacados estudos, conceitos e teorias, na temática em questão.

Deste modo, iniciaremos com breves conceitos em torno do estado e do processo de formulação de políticas públicas, posteriormente, será apresentado o percurso de conceituação do termo cultura, para que então possamos adentrar no que diz respeito às políticas culturais do Brasil; ideias e teorias descritas respectivamente nos tópicos que se seguem.

Estado e Políticas Públicas

A concepção de Estado, tal qual podemos observar nos dias atuais no Brasil e em outras partes do mundo, é fruto de uma série de pensamentos, teorias, políticas e transformações sócio-político-econômicas que desenvolveram-se com o decorrer da história. Assim, faremos neste tópico uma breve descrição dos principais conceitos,



históricos e atuais, no que diz respeito ao papel do Estado e à formulação das políticas públicas.

Formado por três elementos básicos (território, povo e governo), o Estado “é a entidade político-social juridicamente organizada para executar os objetivos da soberania nacional”, (BERNARDES e FERREIRA, 2012, p.29), tendo como um dos pioneiros na conceituação e utilização do termo da maneira supracitada, o italiano Nicolau Maquiavel em sua obra datada do século XVI, “O Príncipe”⁴.

Seguindo os pressupostos defendidos por Maquiavel no século anterior, Thomas Hobbes no século XVII, defende que o Estado também é responsável por regular as relações sociais. Já que, neste modelo de Estado (Civil) o homem se distancia do seu estado natural de luta individual por sua liberdade e direitos, e passa a fazer parte de um pacto deliberado e definido, em que um “soberano” é responsável por articular e garantir o acesso e os direitos dos indivíduos que compõe sua área de atuação, (ARRUDA, 2013).

Marcado pelos avanços comerciais e pelo advento da industrialização e do capitalismo, o século XVIII tem como um dos principais teóricos da área, o filósofo e economista escocês Adam Smith, que afirmava que o Estado deveria atuar como uma “mão invisível”, sendo responsável pela formulação de um corpo de leis que garantisse a circulação e o poder do livre mercado, (FONSECA-STATTER, 2012).

No século XIX então, destacamos dois dos principais pensadores e teóricos sobre o papel do Estado na sociedade, Karl Marx e John Maynard Keynes. Marx defende que tudo gira em torno do capital e que ele determina até mesmo as relações sociais, por isso, propõe uma ruptura em que os mais pobres assumiriam o poder. Enquanto Keynes, prega o Estado mais participativo nas decisões econômicas, o Estado do Bem-Estar Social, (FONSECA-STATTER, *Idem*).

Após essa breve apresentação dos conceitos históricos de Estado, evidenciamos uma concepção mais atual apresentada por Sérgio Miceli (1999); o autor afirma que para que possamos entender o Estado atual, é necessário analisar todo o percurso histórico e conceitual que envolve a formulação do mesmo, observar as particularidades de cada nação, e ainda, os impactos da globalização e do capitalismo na sociedade.

Podemos acrescentar à esta perspectiva contextual, no que diz respeito ao papel do Estado, a questão do desenvolvimento - que desde os anos 60 vêm se distanciando do

⁴ Ressaltando que, no que diz respeito a organização política e derivação do termo, o Estado vem sendo definido desde a Antiguidade, com as experiências na Grécia e em Roma.



viés economicista e buscando compreensões mais amplas e qualitativas, como podemos observar através das obras do economista Amartya Sen e do brasileiro Celso Furtado. Isto porque, essas mudanças nas formas de atuação em busca do desenvolvimento vem sendo de substancial importância para a formulação de políticas públicas e culturais na atualidade, objeto de estudo dessa pesquisa.

Tendo seu papel e assumindo suas funções de entidade político-social, o Estado institui às políticas públicas a função de principal ferramenta de ação e de articulação sócio-político-econômica-cultural, responsáveis por garantir à população acesso igualitário as necessidades básicas, tais como: educação, saúde, moradia, alimentação, segurança, entre outras. Assim, "Uma política pública constitui um quadro normativo de ação; ela combina elementos de força pública e elementos de competência (expertise); ela tende a constituir uma ordem local" (MULLER & SUREL, 2004, p. 16).

Essa concepção, tal como descrita acima, só pôde ser vista em meados do século XX, já que antes acreditava-se que apenas os desfavorecidos deveriam ter acesso às políticas públicas, (MULLER e SUREL, *Idem*). E é neste sentido de ampliação e atendimento a um largo número de pessoas que se encontra uma das grandes dificuldades das políticas públicas: a homogeneização. Ao elaborar uma política ampla, características da diversidade cultural podem ser perdidas e as diferentes populações e hábitos encaradas de uma única forma; sendo esta uma das principais preocupações na elaboração de políticas culturais, o respeito e a preservação da diversidade, como veremos no último tópico deste artigo.

Entretanto, antes de iniciarmos a descrição das políticas voltados para o setor cultural, devemos compreender como se dá a elaboração, aprovação e posterior implementação das políticas públicas no Brasil. O processo de formulação de uma política pública, em termos breves e práticos, tem início com a inserção do tema na agenda de interesses do governo, ou seja, o problema ou a questão a ser resolvida por determinada política pública, deve ser observada, analisada e avaliada pelo governo, para que então uma equipe seja destinada a elaboração desta. É neste momento em que entram em questão, os interesses, as redes de contato e os arranjos governamentais, como defende Hassenteufel (2008), sociólogo francês.

Após a etapa de formulação, a política deverá ser aprovada por duas instâncias o (poder legislativo e o poder executivo), para que então possa ser colocada em prática. Com a aprovação da política é feita a mobilização da verba a ser utilizada – proveniente



do Fundo Público, que é constituído pelos impostos dos contribuintes (pessoas físicas e jurídicas) – e o montante é repassado e fiscalizado pelos órgãos estatais do governo.

Para que possa chegar a sociedade civil essas políticas poderão ser articuladas à parcerias públicas (governo federal e governo estadual, por exemplo) e à parcerias privadas; ou aplicadas de forma direta. Entretanto, observa-se que a união com outras instâncias públicas ou com empresas privadas, traz benefício direto no momento de aplicação das políticas, (HASSENTEUFEL, 2008; MULLER e SUREL 2004; BOTELHO, 2001).

Assim, podemos compreender brevemente como se constitui o Estado e quais são as principais etapas para a formulação e execução de uma política pública no Brasil. O tópico que se segue, irá apresentar - também sob uma perspectiva histórico-conceitual - o conceito (ou os conceitos) de cultura, para que então possamos observar e descrever as políticas voltadas para este setor.

Conceitos de cultura

Considerado por muitos autores e pesquisadores como um dos termos mais complexos, no que diz respeito aos seus modos de compreensão, o percurso de formulação do conceito de cultura pode ser visto como “[...] longo, complicado, uma história que tem produzido tantas variantes [...]”, (THOMPSON, 2002, p.22), e ainda, diversas possibilidades de análise e de trabalho. Com o propósito de apresentar e compreender essas múltiplas vertentes conceituais, este tópico destacará desde as concepções clássicas da cultura até as contemporâneas – que levam em consideração as transformações tecnológicas e o hibridismo, por exemplo.

Para tanto, partiremos das metáforas utilizadas pelas autoras Lúcia Santaella e Ana Carla Fonseca Reis, que defendem, respectivamente, que “na cultura, tudo é mistura”, (SANTAELLA, 2003, p. 30) e que esse caráter colaborativo e participativo se dá porque podemos encarar a cultura como um caleidoscópio: mutável de acordo com os elementos inseridos e os movimentos executados, (REIS, 2006).

Adentrando aos fatos históricos que marcaram essa construção teórica, retornaremos as ideias difundidas da Antiguidade⁵ à Idade Média⁶, que encaravam a

⁵ “[...] Antiguidade é um período da História do Ocidente bem delimitado, que se inicia com o aparecimento da escrita e a constituição das primeiras civilizações e termina com a queda do Império Romano, dando início à Idade Média”, (SILVA e SILVA, 2012, p.35).



cultura como algo meramente voltado às práticas agrícolas. Neste período, o termo era visto como sinônimo de cultivo e lavoura e descrevia as atividades de plantio e colheita de grãos ou ainda o cuidado dos animais, (THOMPSON, 2002).

No século XVI, período de transição entre a Idade Média e a Idade Moderna, podemos destacar a evolução das ciências, das artes, da economia, da política e da filosofia, (NEVES; GASPARIN, 2009); como também dos conceitos de cultura. Foi durante este período que a cultura começou a ser distanciada da esfera agrícola e passou a ser considerada como parte do desenvolvimento humano, “do cultivo de grãos para o cultivo da mente”, (THOMPSON, *Idem*, p. 167); refletindo não somente a evolução de um pensamento, mas da sociedade com um todo.

Contudo, apesar dessa visão ampliada atribuída ao significado do termo, não era comum a utilização do mesmo referindo-se a um processo ou ao produto deste processo. A aplicação do substantivo cultura, só pode ser vista ao final do século XVIII em países como França e Inglaterra, para que então fosse inserido em outras nações e continentes, (THOMPSON, *Ibidem*).

O século XIX, por sua vez, foi marcado pela emergência da disciplina ‘antropologia’, que através dos seus estudos comparativos, logo passou a estar intimamente ligada ao conceito de cultura. Com isso, diversos estudos, pesquisas e conceitos em torno da cultura surgiram; fazendo com o universo conceitual deste termo se tornasse amplo e, por vezes, confuso.

Com o avançar dos estudos e das formas de interpretação e análise da antropologia e dos estudos culturais, uma nova tendência de observação cultural emergiu entre os anos 1970 e 1980: “a ênfase da antropologia no caráter simbólico da cultura encontrou forte complementaridade na semiótica da cultura”, (SANTAELLA, 2003, p.47). Que, somada às mudanças sócio-político-econômicas vividas na época, buscavam a compreensão das formas tradicionais de cultura (erudita e popular) e também, do novo formato que emergia junto aos avanços técnicos da época, a cultura de massa.

Os estudos voltados para a análise da cultura massificada, seus produtos, formas de produção e consequências na sociedade, permearam toda a década de 90 e ainda são bastante vistos na contemporaneidade. Junto a estes surgiam também, denominações

⁶ De acordo com a periodização clássica, o período medieval ou Idade Média, compreende o espaço de tempo entre os anos 476 d. C e 1492, e é caracterizada pela queda do Império Romano, pelo modo de produção feudal, pela força da Igreja Católica, pelo desenvolvimento de boa parte das nações europeias e ainda pelo início das grandes expedições de navegação e colonialismo, (ECO (Org.), 2010).



como: hibridismo, convergência e, sobretudo, a definição de “cultura das mídias”, que como defende Santaella:

[...] sob essa denominação de Cultura das Mídias, procurava dar conta de fenômenos emergentes e novos na dinâmica cultural, quer dizer, o surgimento de processos culturais distintos da lógica que era própria da cultura de massas. Contraditoriamente a esta que é essencialmente produzida por poucos e consumida por uma massa que não tem poder para interferir nos produtos simbólicos que consome, a cultura das mídias inaugurava uma dinâmica que, tecendo-se e se alastrando nas relações das mídias entre si, começava a possibilitar aos seus consumidores a escolha entre produtos simbólicos alternativos. (SANTAELLA, 2003, p. 52-53).

O século XXI, por sua vez, caracteriza-se pela ampliação e crescentes inovações no setor tecnológico, fazendo com que a emergência de um mundo virtual (ciberespaço) proporcionasse, também, novas dinâmicas de trabalho, relacionamentos, vivências e entretenimento. O que para Pierre Lévy (2003), um dos principais teóricos do tema, é uma mutação do que se tem como cultura tradicional.

A partir da apresentação e compreensão do termo cultura, construído com base no percurso histórico e conceitual de formulação deste – desde as aplicações voltadas apenas para o setor agrícola, até as definições mais contemporâneas que levam em consideração as mídias e a emergência do ciberespaço – e dos objetivos dessa pesquisa, optou-se por utilizar nesta, a abordagem defendida por John B. Thompson, denominada de “concepção estrutural de cultura”.

Esta, por sua vez, busca o entendimento dos fenômenos culturais como formas simbólicas inseridos em contextos estruturados. Sendo a análise cultural, um estudo da constituição significativa e da contextulização das formas simbólicas, já que:

Formularei o que pode ser chamado uma “concepção estrutural” da cultura, com o que quero significar uma concepção que dê ênfase tanto ao caráter simbólico dos fenômenos culturais como ao fato de tais fenômenos estarem sempre inseridos em contextos sociais estruturados. Podemos oferecer uma caracterização preliminar dessa concepção definindo “análise cultural” como o estudo das formas simbólicas - isto é, ações, objetos e expressões significativas de vários tipos – em relação a contextos e processos historicamente específicos e socialmente estruturados, dentro dos quais, e por meio dos quais, essas formas simbólicas são produzidas, transmitidas e recebidas. (THOMPSON, 2002, p.181)



O autor afirma, ainda, que é importante ressaltar a diferença entre a sua concepção estrutural e as teorias estruturalistas⁷ – já que mais do que observar os traços primeiros, internos e constituintes, sua abordagem deve tomar por base os contextos e os processos socialmente estruturados. Isto porque, Thompson defende que uma das consequências da contextualização das formas simbólicas é a valorização, avaliação e o conflito, através destas, (THOMPSON, 2002).

A análise da cultura sob esta perspectiva contextual, mostra substancial importância no processo de observação e descrição das políticas culturais no Brasil - desde os primórdios de seu planejamento até às aplicações práticas da atualidade - como veremos de modo mais pontual no tópico a seguir.

Políticas Culturais, Promoção e Preservação da Diversidade Cultural no Brasil

Assim como os conceitos de políticas públicas descritos anteriormente, as políticas culturais se configuram como a principal ferramenta de ação do Estado, um elo entre o planejamento governamental e à sociedade no que diz respeito à cultura – seja sob o ponto de vista do fomento às atividades culturais, da preservação das práticas artístico-culturais ou da promoção à diversidade. Entretanto, no Brasil, diante do seu contexto político e histórico, a utilização dessas práticas para à cultura, ainda pode ser considerado um processo recente.

Isto porque, foi apenas na década de 1930, junto com o modernismo e suas vanguardas artísticas, que começaram a ser pensadas as políticas culturais no Brasil. Já que, um dos principais expoentes desse movimento vanguardista, Mário de Andrade, exercia a função de Secretário de Cultura na cidade de São Paulo, viu as necessidades de mudança no setor e resolveu discutir novas formas de trabalho, (CUNHA, 2007).

Cinquenta anos depois - nos anos 1980, com a redemocratização e a efervescência dos movimentos sociais – iniciou-se o que Cunha (*Idem*) define como a institucionalização da cultura, quando passou-se a reconhecer e buscar a preservação da diversidade cultural, e conceitos como “gestão cultural” e “economia cultural” emergiram. Tendo no Fórum dos Secretários de Cultura, realizado no ano de 1985, o auge desse processo de institucionalização, que através da ação da militância e dos

⁷ “[...] geralmente, usado para referir-se a uma variedade de métodos, idéias (sic) e doutrinas associadas a pensadores franceses, tais como Lévi-Strauss, Barthes, Greimas, Althusser e – pelo menos em algumas fases de seu trabalho – Foucault”, (THOMPSON, *Idem*, p. 182).



debates desenvolvidos na ocasião foi o ponto de partida para a criação do Ministério da Cultura no Brasil, mesmo que com bases frágeis.

O Ministério da Cultura, em seu primeiro ano de vida, apresentou um quadro de vulnerabilidade em razão da sua estrutura frágil e da pouca representatividade perante demais órgãos federais. Não foi criado a partir de bases reais e necessárias para se estruturar uma instituição do porte de um ministério, pois não tinha, naquele momento, uma base forte que lhe proporcionasse capacidade de articulação política suficiente para lutar por um orçamento próprio e condizente com as demandas do setor. (CUNHA, 2007, p.41).

Enquanto na década de 1980 apresentaram-se diversos avanços⁸ no setor cultural, a década de 1990 (com os reflexos de um ministério frágil e despreparado e das ações do governo do presidente Fernando Collor de Mello) foi considerada uma década perdida, seja no âmbito da produtividade artístico-cultural ou até mesmo no econômico. Mas, foi durante esse período que importantes políticas públicas de incentivo à cultura foram criados, tais como: a Lei do Audiovisual (1993) e o PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura (1995), (CUNHA, *Idem*; BOTELHO, 2001).

Ao final da década de 90, foi iniciado o processo de reestruturação do Ministério da Cultura com etapas desenvolvidas também no ano de 2003. As propostas visavam modificações nos programas já existentes e ampliações no fomento à cultura, fortalecendo a participação estatal, oferecendo novas possibilidades aos incentivos privados, e assim, buscando uma parceria factual entre esses dois setores, já que:

[...], para que um sistema efetivo de financiamento às atividades culturais funcione é obrigatório que se estabeleça uma política pública, em que parcerias – tanto entre áreas de governo, num plano horizontal, quanto entre as três instâncias administrativas, num plano vertical – são fundamentais para conquistar novas fontes privadas de financiamento. Conseqüentemente (*sic*), para que os incentivos fiscais funcionem é necessário que haja um clima de recepção favorável a eles na sociedade e, nesse sentido, a postura do governo com relação à cultura e às artes é fundamental. Os estudos comparativos sobre a matéria comprovam a importância, junto aos potenciais financiadores privados, da chancela dada pelo poder público a um determinado projeto ou instituição através de sua participação financeira, mesmo que seja pequena. (BOTELHO, *Idem*, p.78)

⁸ Entre eles a Lei Sarney, aprovada no ano de 1986 e que mais tarde seria base para a formulação de uma das principais leis de incentivo do país, a Lei Rouanet.



Com isso, observou-se nos anos 2000 uma maior participação (do que nas décadas anteriores) do Governo Federal no setor cultural, em que podemos destacar as leis de incentivo fiscal (Lei do Audiovisual e Lei Roaunet), os planos de ações (Plano Nacional de Cultura , Programa Nacional de Apoio à Cultura) e as capacitações e convênios (Ponto de Cultura, Mais Cultura, Cine Mais Cultura, Cultura Viva, PAC 2 – Esporte e Cultura, Usinas Culturais, entre outros).

Entretanto, diante das dimensões continentais do Brasil a questão da homogeneização volta a ser um risco e passa a ser discutida pelo governo e pesquisadores da área, (CUNHA, 2007). Foi neste sentido que no ano de 2005⁹ a UNESCO¹⁰ oficializou a valorização e a preservação à diversidade, através da Convenção Sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais. A partir da elaboração de um documento formado por 35 artigos, foram apresentados os direitos e obrigações no que diz respeito à diversidade; tendo como objetivos principais: a criação, produção, distribuição, acesso e usufruto dos bens culturais, (BRASIL, 2010).

Observando o percurso histórico de fomento à cultura no Brasil e preservação da diversidade - através das políticas culturais e dos programas supracitados - é inegável o avanço visto nos últimos vinte anos. Contudo, os moldes ou o formato como esse setor tem se desenvolvido vem sendo alvo de críticas e estudos constantemente. Isto porque observa-se na aplicação dessas políticas, por exemplo: a construção de uma relação de mecenato, o favorecimento de determinadas áreas artístico-culturais, a maior efetivação das atividades nas regiões Sul e Sudeste, e a busca por resultados quantitativos e não qualitativos, (BOTELHO, 2001; CUNHA, *Idem*).

Esses aspectos são analisados, sobretudo, levando em consideração o pouco tempo de atuação do Ministério da Cultura e ainda as inexpressivas mobilizações por parte dos produtores culturais, artistas e profissionais do setor.

Devemos levar em consideração que o próprio questionamento do processo ligado à política pública e à legislação cultural brasileira é consequência (*sic*) do processo de amadurecimento do setor cultural, que se viu acuado diante da pressão do mercado, da ausência do Estado e do afastamento de seus agentes que não se posicionaram, inicialmente, de forma crítica e reflexiva sobre a questão. Não pode desconsiderar a dependência histórica da área cultural em relação ao Poder Público, o que nos leva à busca do entendimento das fronteiras

⁹ Vinte anos após a criação do Ministério da Cultura.

¹⁰ Agência das Nações Unidas responsável pela cultura, suas articulações e dinâmicas.



limítrofes entre a relação que se estabelece entre o público e o privado no contexto cultural. (CUNHA, 2007, p. 61-62)

E ainda:

[...] quando se tem como preocupação buscar instrumentos que possam nortear uma ação governamental baseada em problemas reais. Em primeiro lugar, nenhuma política que tenha como lema a democratização do acesso à cultura poderá produzir resultados sensíveis se for considerada isoladamente [...]. No entanto, um segundo aspecto fundamental deve ser trazido à reflexão: as pesquisas francesas indicam que uma política de democratização do acesso à cultura – se conseguir ultrapassar as barreiras impostas pela origem social – tem de ser pensada em longo prazo, no espaço de pelo menos duas ou três gerações, pois a construção de um capital cultural requer tempo para ser acumulado e também depende da bagagem cultural herdada dos pais. (BOTELHO, 2001, p.82).

Dessa forma, podemos observar que atualmente o setor cultural brasileiro (apesar do crescimento observado nos últimos anos), necessita de construções e estratégias mais efetivas e aplicações que tenham por objetivo não apenas a promoção indiscriminada da cultura, mas, sobretudo, a preservação da diversidade e a garantia de um direito básico da sociedade como um todo: o acesso à cultura. Aspectos estes, que deveriam ser considerados como primordiais e genéricos a toda e qualquer formulação de políticas culturais, independente do país ou continente, mas que até então não podem ser observadas em sua total amplitude nas ações executadas no Brasil, como defendem Botelho (*Idem*) e Cunha (*Idem*).

Além dos conceitos e teorias supracitados, enfatizamos e ressaltamos, ainda, o pensamento do economista, teórico do desenvolvimento e o segundo ministro da cultura do Brasil¹¹, Celso Furtado, de que: “Em nossa época de intensa comercialização de todas as dimensões da vida social o objetivo central de uma política deveria ser a liberação das forças criativas da sociedade.”, (FURTADO, 2012, p.41). Posicionamento que demonstra não apenas o reconhecimento do potencial artístico-cultural do povo brasileiro, mas sobretudo faz uma referência à fragilidade desse setor diante da imponência do capital e das ações do governo.

Sendo estes, os principais pontos de discussão e conceituação no que diz respeito às atuais políticas culturais desenvolvidas no Brasil, suas implicações para a sociedade,

¹¹ Celso Furtado foi ministro da cultura no Brasil no ano de 1986 e integrou a Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento entre 1992 e 1995, iniciativa que aconteceu em parceria da ONU com a UNESCO.



articulações sócio-político-econômicas, e ainda, sobre o papel do Estado no fomento à cultura e promoção e preservação da diversidade.

Considerações Finais

Após a abordagem histórico-conceitual exposta neste artigo - desde a apresentação sobre o papel do Estado, passando pelas concepções de cultura e finalizando com a exposição das políticas culturais do Brasil - podemos observar que a evolução dos estudos e conceitos aqui apresentados, bem como de suas aplicações práticas, vem buscando uma aproximação com abordagens voltadas aos aspectos qualitativos e ainda, que levem em consideração o contexto e as particularidades (diversidade) de cada grupo ou sociedade.

Especificamente no que diz respeito às aplicações das políticas culturais, percebe-se que diversos aspectos devem ser revistos ou trabalhados de uma maneira mais enfática, para que então essa proposta de uma abordagem contextual e ampliada possa ser absorvida pela sociedade. Entretanto, o desenvolvimento dessas características não diz respeito apenas às práticas de realização ou promoção aplicadas pelo governo, como também devem ser pensadas pelas empresas privadas, pela classe artística e de produtores culturais; para que então possa chegar até a sociedade civil.

Neste sentido, estabelecemos um comparativo entre as teorias sócio-políticas defendidas por Hassenteufel (2008) - de que ao observar a esfera pública e/ou a ação estatal podem ser vistos diversos atores e redes, sendo a ação pública o resultado de múltiplas interações entre uma série de atores - e as análises das aplicações das políticas culturais no Brasil feitas por Botelho (2001), que observam a necessidade “de mecanismos capazes de mapear não só o universo da produção (tarefa mais fácil), mas também o da recepção nesse terreno”, (BOTELHO, *Idem*, p.73).

Isto porque, acredita-se que este é o formato ideal para a construção de bases sólidas para ações futuras no setor cultural do Brasil (teóricas e políticas). Através do resultado dessas articulações, mecanismos e interações sociais, características como a imaturidade e a inexpressividade observadas atualmente nas ações estatais voltadas para a cultura brasileira, poderão ser substituídas por ações coesas e marcantes para a sociedade como um todo.

Este ponto de vista também pode ser diretamente ligado à teoria defendida por Cunha (2007) de que o setor cultural brasileiro “ainda vem sofrendo as consequências



(sic) da própria falta de compreensão das possibilidades de seu desempenho diante das questões gerais da sociedade”, (CUNHA, 2007, p. 33). Reafirmando a necessidade de um reposicionamento no que diz respeito ao papel do Estado no fomento à cultura e à preservação e valorização da diversidade no país, supracitada.

Desta forma, acredita-se que mais importante do que criar novas políticas ou planos de fomento à cultura, seria rever e repensar as políticas já existentes, de modo a solucionar os problemas enfrentados na atualidade - levando em consideração todas as transformações ocorridas na sociedade e ainda pensando na perpetuação e absorção dos saberes e produtos artístico-culturais - para que assim, possam ser alcançados resultados mais satisfatórios e duradouros.

Assim, além das considerações aqui apresentadas, os conceitos e teorias destacados neste trabalho abrem espaço para reflexões e observações construídas sobre outros pontos de vista e/ou utilizando casos específicos de atuação do governo no setor cultural.

Referências bibliográficas

ARRUDA, Andréia Aparecida D’Moreira. A formação do estado moderno sob a concepção dos teóricos contratualistas. **Revista do Curso de Direito - UNIFOR**, Formiga, v. 4, n. 1, p. 51-57, 2013.

BOTELHO, Isaura. As dimensões da cultura e o lugar das políticas. **Revista da Fundação SEADE**, São Paulo, vol. 15, n.2, 2001.

BERNARDES, Juliano Taveira. FERREIRA, Olavo Augusto Vianna Alves. **Conceitos básicos da teoria geral do Estado**. 2012. Disponível em: <http://www.editorajuspodivm.com.br/i/f/tomo%20I%20soltas.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

BRASIL. **Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais**. Brasília: UNESCO, 2010.

CUNHA, Maria Helena. **Gestão cultural: profissionais em formação**. São Paulo: Duo Editorial, 2007.

ECO, Umberto. (Org.) **Idade Média** – Bárbaros, Cristãos e Mulçumanos. Portugal, Alfragide: Leya, 2010.

FONSECA-STATTER, Guilherme da. **Marx e Keynes - Esboço de análise comparativa**. 2012. Disponível em: https://marxemmaio.files.wordpress.com/2012/06/fonsecastatte_marxemmaio.pdf. Acesso em: 20 abr. 2015.



FURTADO, Celso. **Ensaio sobre a cultura e o Ministério da Cultura**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2012.

HASSENTEUFEL, Patrick. **Sociologie Politique: l'action publique**. Paris: Armand Colin Éditeur, 2008.

LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 2003.

MICELI, Sergio. **Estado, governo e políticas públicas**. In: O que ler na ciência social brasileira (1970-1995). São Paulo: Editora Sumaré, 1999.

MULLER, Pierre. SUREL, Yves. A análise das políticas públicas. **EDUCAT**, Pelotas, v.3, p.09-32, 2004.

NEVES, Sandra Garcia. GASPARIN, João Luís. **Os séculos XVI e XVII: os determinantes da arte de ensinar num contexto de transição**. 2009. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2009_2010/pdf/2009/38.pdf. Acesso em: 20 abr. 2015.

REIS, Ana Carla Fonseca. **Economia da cultura e desenvolvimento sustentável: o caleidoscópio da cultura**. Porto Alegre: Manole, 2006.

SANTAELLA, Lucia. **Culturas e artes d pós-humano – Da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003.

SILVA, Kalina Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2012.

THOMPSON. Jonh B. **Ideologia e Cultura Moderna – Teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2002.